

Preocupados com a "realidade assustadora" da educação, senadores lançam movimento para garantir acesso de todos ao ensino de qualidade



Estudantes assistem à sessão em que o Senado comemora os dias da Criança e do Professor. Na Mesa, Jorge Werthein, José Jorge, Renan Calheiros, Aloizio Mercadante e a secretária de Educação do DF, Vandercy de Camargos

Senado propõe pacto pela educação

O futuro não espera. Com essa frase, os senadores lançaram terça-feira um manifesto em favor da educação brasileira. Em sessão destinada a comemorar os dias da Criança e do Professor, eles cobraram uma política de Estado que reco-

nheça o potencial da educação para superar as contradições e as barreiras que continuam a impedir a construção de uma sociedade mais ampla e inclusiva. De iniciativa do líder do governo, Aloizio Mercadante, e assinado por todos os senadores, o documento considera

assustadora a situação educacional do país. Um dos problemas é a "herança pesada" que identifica 15 milhões de brasileiros de 15 anos ou mais absolutamente analfabetos e 33 milhões de pessoas classificadas como analfabetas funcionais. **Páginas 3 e 4**

“ Estamos certos de que será um marco histórico o dia em que todos os segmentos econômicos, sociais e políticos, acima das divergências próprias de uma sociedade plural, pactuarem seus esforços para cumprir uma das maiores promessas da modernidade: uma educação básica de qualidade para todos. Nós, senadores da República, estamos dispostos a lutar por isso e convocamos a nação para esse objetivo. ”



Delcídio e Serraglio ouvem Najun Turner (de amarelo), o doleiro da Operação Uruguai

CPI deverá recorrer ao Supremo para ter acesso a contas de Duda

Vazamento de informações que deveriam ter sido mantidas sob sigilo durante a CPI do Banestado, em 2004, dificulta o acesso da CPI dos Correios a dados sobre as contas do publicitário Duda Mendonça no exterior. Acordo assinado entre a promotoria distrital de Nova York e o Ministério da

Justiça do Brasil restringiu a essa pasta e ao Supremo Tribunal Federal (STF) a posse das informações. Para acessá-las, a comissão pretende recorrer ao STF, assinando termo de compromisso de sigilo. Terça-feira, a CPI ouviu dois doleiros, que disseram não ter negócios com Marcos Valério. **Página 5**

Presidente da Caixa vai depor na CPI dos Bingos

O presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e três ex-presidentes da instituição vão depor na CPI dos Bingos. **Página 4**

CPI do Mensalão pode ter relatório até o fim do mês

Intenção do relator da CPI do Mensalão, Abi-Ackel, é impedir que a comissão extrapole seu prazo final, previsto para 16 de novembro. **Página 5**

Faltam R\$ 11 bi no Orçamento para 2006

Relator do Orçamento para 2006, Carlito Merss apresentou terça-feira parecer preliminar. Faltam R\$ 11 bilhões para fechar a conta. **Página 6**



Em Cruz das Almas, Heráclito Fortes assiste à produção artesanal de charutos

Audiência pública na Bahia discute convenção para controle do tabaco

"Abandonamos a frieza dos escritórios de Brasília para debater a questão onde ela ocorre", afirmou o senador Heráclito Fortes ao participar de audiência pública em Cruz das Almas (BA), responsável por 69% da produção de fumo

do estado. Heráclito e César Borges discutiram com os produtores a convenção para o controle do tabaco, que está sendo debatida no Senado. Relator da proposta, Heráclito disse que apresenta seu parecer até o dia 15. **Página 8**



Tourinho contesta proposta do governo que, salienta, contém incoerências

Tourinho defende projeto próprio para regular gás natural

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) questionou a necessidade de o governo apresentar novo projeto para a regulação do gás natural, quando já tramita no Senado proposta de sua autoria (PLS 226/05) que atenderia à necessidade desse futuro mercado. Segundo advertiu, a iniciativa do governo contém muitas incoerências e poderá, inclusive, ser enviada à Câmara como medida provisória, possibilitando que a regulação entre em vigor ainda em 2005.

Tourinho contestou a justificação dada ao projeto pelo Ministério de Minas e Energia, criticando, entre outros pontos, a argumentação de que a proposição do governo quebraria o monopólio da Petrobras e fortaleceria a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O senador destaca ainda que sua proposta transforma o atual regime de autorização para concessão, enquanto o projeto do governo propõe regime jurídico misto de autorização e concessão para a atividade de transporte. Para Tourinho, isso criaria mais problemas por instaurar tratamento discriminatório entre as empresas que operam gasodutos de transportes, que exerceriam a mesma atividade, mas teriam regulação distinta.

Valadares quer votação rápida da PEC que revitaliza o São Francisco

País espera decisão da Câmara, afirma senador em defesa da proposta que destina recursos à iniciativa

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) fez apelo na terça-feira para que a Câmara vote rapidamente a proposta de emenda à Constituição (PEC) 524/02, de sua autoria, que trata do projeto de revitalização do rio São Francisco. O senador assinalou que o



Valadares quer vincular 0,5% das receitas federais à revitalização do São Francisco

assunto ganhou visibilidade em todo o país após a greve de fome do bispo de Barra (BA), Luiz

Flávio Cappio, que resultou no compromisso do presidente Lula de suspender o início das obras de transposição de águas e realizar debate sobre o projeto.

De acordo com a PEC, os recursos destinados ao projeto de revitalização do rio São Francisco viriam da vinculação de 0,5% das receitas líquidas da União. Ao afirmar que o país espera "com ansiedade" essa decisão, Valadares lembrou que a matéria teve aprovação da unanimidade do Senado em 2002 e, desde então, aguarda decisão da Câmara.



Segundo Eduardo, serão pagos R\$ 20 milhões para a manutenção de prédios

Eduardo denuncia superfaturamento de contrato no TO

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) denunciou em Plenário, na terça-feira, a existência de superfaturamento em licitação realizada pelo governador do estado do Tocantins, Marcelo Miranda, para a manutenção de prédios públicos.

– Apenas para a manutenção de prédios públicos e pequenos reparos, o governador contratou firma por R\$ 20 milhões. O gasto enorme é apenas para troca de fios, tomadas e canos e pintura de paredes. Para se ter noção do absurdo, o novo prédio do Interlegis, com três andares, que será construído no Senado, custará apenas R\$ 8,5 milhões – comparou o senador.

Eduardo criticou também o fato de a empresa vencedora da licitação ser de propriedade do cunhado do governador, tendo sido criada, conforme acrescentou, apenas cinco dias após sua posse no cargo.

Ainda de acordo com o parlamentar, Marcelo Miranda concedeu para a mesma empreiteira, por meio de dispensa de licitação, obra de reconstrução de um galpão por preço superior a R\$ 300 mil. Além disso, continuou, essa empresa também teria sido responsável pela construção da própria casa do governador.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Sessão sem votações no Plenário

A sessão do Plenário de hoje está marcada para as 14h. De caráter não deliberativo, ela é destinada aos pronunciamentos de senadores, sem votação de projetos. Entre os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna, estão a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) e os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Marco Maciel (PFL-PE).



Senado recebe ligações gratuitas com críticas e sugestões

O serviço Alô Senado, da Subsecretaria de Relações Públicas, recebe ligações gratuitas de todo o território nacional pelo telefone 0800 612211. As perguntas,

sugestões e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes. O serviço funciona 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana.

Bienal do livro de Pernambuco

Até o dia 16 de outubro, o Senado participa da Bienal Internacional do Livro de Pernambuco. Além de lançar publicações da Casa, o estande do Senado apresenta documentos históricos, entre outras atrações.

Depoimentos adiados em CPI

Foram adiados para a semana que vem os depoimentos da Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios que estavam previstos para hoje. As comissões de inquérito retomam a agenda de audiências na próxima semana.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de terça-feira foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Eduardo Siqueira Campos, Magno Malta e Valdir Raupp e pela senadora Serys Shlessarenko

Documento assinado por todos os senadores foi lançado durante sessão em homenagem aos dias da Criança e do Professor, realizada na terça-feira

Senadores lançam manifesto em defesa da educação

O Senado Federal promoveu na terça-feira sessão especial para comemorar os dias da Criança e do Professor. Na ocasião, foi lançado o Manifesto dos Senadores pela Educação, uma iniciativa do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo o

parlamentar, todos os senadores assinaram o documento, que convoca a sociedade civil a firmar um pacto pela educação pública universal e de qualidade.

– A educação é a mais importante e mais estratégica política pública de uma nação – disse.

Ao anunciar o lançamento do manifesto, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) à iniciativa. Renan considera que ainda há muito a se fazer no país

para que o Dia da Criança possa ser comemorado de fato, pois, na sua opinião, “os indicadores sociais envergonham o Brasil”.

Estiveram presentes à sessão o ex-representante da Unesco no Brasil Jorge Wertein; o secretário de Educação Básica do Ministé-

rio da Educação, Francisco das Chagas Fernandes; a secretária de Educação do governo do DF, Vanderci Antônia de Camargos; o presidente da Fundação Bienal de São Paulo, Manoel Lins da Costa; além de professores e alunos de escolas do Distrito Federal.

Homenagens às crianças e aos professores

Prioridade para o setor e compromisso do Legislativo são destacados nos discursos em Plenário



EDUCAÇÃO É QUESTÃO DE ESTADO e não apenas de governo, ressalta Aloizio Mercadante. O senador lembra que o governo tem trabalhado para ampliar o acesso das crianças carentes à escola com diversos programas, entre eles o Bolsa-Escola. Segundo o líder, no entanto, ainda há prioridades a serem resolvidas, como a valorização do professor – apontada por Mercadante como a mola propulsora do ensino – e a educação de qualidade para todos.



O MANIFESTO DOS SENADORES pela educação é um documento que não pode ficar na retórica, enfatiza Ramez Tebet (PMDB-MS). Para o senador, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) é um dos compromissos do Legislativo para fomentar a educação e deve contar com recursos suficientes para que se torne realidade. “No Brasil, a educação andou bem menos do que em outros países que disputam conosco os mercados emergentes”, avalia Tebet.



AO FALAR PELA LIDERANÇA DO PFL, Romeu Tuma (SP) lembrou o tempo em que sua esposa, Zilda Tuma, era professora em Martinópolis (SP) e dependia da carona de um caminhão de lixo para voltar para a fazenda onde morava. “Naquela época, o juiz, o delegado e a professora eram autoridades”, afirmou Tuma, ao lamentar que hoje o professor precise lecionar em várias escolas para garantir um salário melhor, sacrificando o tempo que antigamente tinha para preparar uma boa aula.



EX-MINISTRO DA EDUCAÇÃO, Cristovam Buarque (PDT-DF) assinalou a importância das crianças e dos professores para a construção de um futuro melhor para o país. Apesar dessa relevância, Cristovam lamenta a falta de apoio governamental ao setor e ressalta que o país dispõe de recursos para investir em educação. O parlamentar disse esperar que, no futuro, a semana dedicada às crianças e aos professores não seja uma apresentação de dados negativos, como ocorre hoje.



A DESVALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO de professor preocupa José Jorge (PFL-PE), líder da Minoria no Senado. Ele argumenta que o salário defasado da categoria desestimula o ingresso na profissão, o que causa déficit de instrutores, especialmente em Matemática, Química, Física e Biologia. “Mesmo com a tecnologia, a transmissão de conhecimento de um ser humano para o outro ainda não foi superada. Temos que ser criativos para encontrar uma forma de preparar rapidamente novos professores.”



O BRASIL NÃO FAZ PLANEJAMENTO nem pensa o desenvolvimento de forma estratégica, pois não faz investimentos em educação, afirma Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Como exemplo, ele salienta que os estados do Sul e Sudeste possuem maior número de faculdades de Medicina do que outras regiões do país e diz que apenas há poucos anos foram criadas as da Amazônia. “O saber é muito concentrado. Temos que incentivar para que mais e mais pessoas se tornem mestres”, opina o senador.



AO DEFENDER “A EMOÇÃO DE ENSINAR” no exercício profissional, Ideli Salvatti (PT-SC) saudou Mercadante pela iniciativa de propor o Manifesto dos Senadores pela Educação. Ela disse ter percebido o papel da emoção nesse trabalho ao atuar como professora de rede estadual de ensino na periferia de Florianópolis, Curitiba e Joinville. Ideli destacou a ação governamental na educação ao manter programas como o de erradicação do trabalho infantil e da merenda escolar.



“SEM UMA EDUCAÇÃO UNIVERSALIZADA, de qualidade, qualquer esforço no sentido do desenvolvimento terá sido inútil”, afirma o presidente do Senado, Renan Calheiros. E para que haja uma educação de qualidade, observa, é necessário que o professor seja respeitado, que tenha uma remuneração digna e condições de trabalho. Renan sugere que o Congresso dê prioridade à ampliação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).



Sessão especial reúne senadores e representantes da Unesco e dos governos federal e do DF

Urgência e entendimento para assegurar prioridade ao setor

“O futuro não espera.” O Manifesto dos Senadores pela Educação pede urgência para a construção de um sistema educacional público que assegure as condições necessárias para o desenvolvimento do Brasil. Os parlamentares alertam para a “assustadora” situação educacional do país e propõem um pacto entre sociedade e Estado, convocando o país “para um necessário consenso em torno de uma política de Estado para a educação, com força e continuidade”.

O documento resgata ações previstas no Plano Nacional de Educação, aprovadas em 2000 pelo Congresso, mas ainda não implementadas. Os parlamentares sugerem que “sejam colocadas no topo das prioridades nacionais” metas como o acesso ao ensino fundamental e médio para todas as crianças e adolescentes brasileiros; a remuneração a todos os professores “acima da média dos grupos ocupacionais que tenham formação idêntica”; e a garantia de que todas as escolas “terão infra-estrutura qualificada”, com disponibilidade de bibliotecas e acesso às novas tecnologias da informação.

Com o manifesto, os senadores querem que o setor deixe de ser considerado um problema e seja visto como uma solução. No texto, a educação é apresentada como um “instrumento catalisador”, capaz de superar as barreiras que impedem “a construção de

uma sociedade mais ampla e inclusiva”.

Fragilidade

Entre as dificuldades analisadas no texto, para a transformação da situação educacional do país, está “o frágil pacto federativo, em que os municípios não conseguem corresponder à demanda da educação infantil e os estados ressentem-se de recursos para atender à crescente juventude do ensino médio”. Os senadores apontam como saída “uma nova reengenharia da educação”, com responsabilidades compartilhadas pelas diferentes instâncias administrativas, a ampliação de recursos, a racionalização de gastos e a regulamentação da responsabilidade educacional.

“Não se pode perder de vista que estamos gastando mais com segurança que com educação”, diz o manifesto, apontando como causa da violência, presente em todas as camadas sociais, o fato de o país ter uma política de educação de curto prazo, “que não pensa a nação em médio e longo prazos”.

A decisão de priorizar a educação é considerada como tarefa inadiável, essencial para que o país consiga associar democracia e modernidade. Para tanto, os senadores defendem um pacto entre todos os segmentos da sociedade e manifestam sua disposição em lutar por uma educação básica de qualidade para todos os brasileiros.

Expectativa de que o país implante uma educação de qualidade, valorizando os professores e abrindo oportunidades para crianças e jovens, é manifestada em discursos no Plenário

O professor e a criança merecem mais do que recebem, dizem senadores

Na sessão especial em que o Senado celebrou os dias da Criança e do Professor, parlamentares destacaram a importância de uma educação de qualidade para o desenvolvimento do país e a formação de crianças e jovens. Paulo Paim acredita que a educação carece de interesse político, enquanto Edison Lobão considera que o Brasil investe relativamente mais recursos no setor que os países desenvolvidos; Heloísa Helena critica o governo por

haver retirado direitos dos trabalhadores da educação e Mão Santa pede ao ministro que receba os professores em greve; Ana Júlia afirma que o futuro é investir na educação, ao passo que Valdir Raupp observa que a escola tem que ser mais que "um simples difusor de conhecimento"; Leomar Quintanilha ressalta que o professor coloca alma e competência em seu trabalho; Flexa Ribeiro lembra os 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.



Roosevelt Pinheiro

Embora defenda mais investimentos governamentais na escola pública, Paulo Paim (PT-RS) acredita que a educação brasileira suplica mais por interesse político do que necessita de recursos humanos e financeiros. O senador criticou o sistema educacional público por não conseguir capacitar muitos jovens "a ler ou escrever um simples recado".

– As crianças e os adolescentes da rede pública não conseguem construir textos nem interpretá-los.



Roosevelt Pinheiro

Edison Lobão (PFL-EMA) assegurou que, apesar de os resultados não aparecerem, o Brasil investe mais em educação, proporcionalmente, do que os países desenvolvidos. Com base em dados do jornal *O Globo*, o senador comentou que, enquanto o Brasil gasta 5,4% de seu PIB com educação, os investimentos dos Estados Unidos neste setor não ultrapassam 4,8% do PIB.

– A verdade é que gastamos mal os recursos – concluiu Lobão.



Moreira Mariz

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o governo por haver retirado direitos dos trabalhadores da educação por meio da reforma da Previdência.

A senadora condenou ainda o projeto de criação do Fundeb enviado pelo governo ao Congresso. Em sua opinião, a proposta é falha por excluir crianças na faixa etária de zero a três anos.

– A proposta deixou de fora as crianças mais expostas a risco.



Roosevelt Pinheiro

Mão Santa (PMDB-MPI) fez um apelo ao ministro da Educação, Fernando Haddad, para que receba representantes de professores universitários em greve. Conforme assinalou, os professores tentam essa audiência, sem sucesso, há mais de 20 dias.

Ao comentar a ocorrência da greve justamente no governo do PT, Mão Santa considerou que o "feitiço virou contra o feitiço".

– Lula, ph.D. em fazer greve, não sabe como acabar com a manifestação.



Agenda de depoimentos na CPI dos Bingos será cheia na próxima semana

Bingos ouve presidente da Caixa e empresário Gibão

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos agendou novos depoimentos para a próxima semana. Na terça-feira, às 11h, depõem o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e três ex-presidentes da instituição – Danilo de Castro, Emílio Carazzai e Sérgio Cutolo. Eles vão falar sobre a renovação, em 2003, do polêmico contrato entre a Caixa e a multinacional Gtech do Brasil, por R\$ 650 milhões, destinado a operacionalizar todo o sistema de loterias federais no país.

Na quarta-feira, a CPI dos Bingos ouve, às 12h, o empresário Nagib Fayad – o Gibão –, um dos principais envolvidos na chamada "máfia do apito". De acordo com denúncias, Nagib subornava árbitros de futebol para manipular resultados das partidas, principalmente no Campeonato Brasileiro.

Na quinta-feira, às 11h, os membros da comissão ouvem depoimento do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira. Ele foi um dos

primeiros integrantes da Executiva Nacional do partido a admitir a existência do caixa dois na legenda.

Agilidade

No decorrer desta semana, a CPI dos Bingos dedica seus trabalhos ao cruzamento de informações oriundas, principalmente, da quebra de sigilos telefônicos de 39 pessoas e empresas ligadas à renovação do contrato entre a Gtech e a Caixa e ao chamado caso Santo André – suposto esquema de corrupção na prefeitura daquele município paulista, durante a gestão do prefeito Celso Daniel.

Para agilizar o exame dos documentos referentes aos sigilos quebrados, que lotam a secretaria da comissão, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), determinou a contratação da empresa binacional americana/inglesa I 2, que vai trabalhar para acelerar, de forma confiável, segundo ele, todo o trabalho de análise de cruzamento das chamadas telefônicas entre os supostos envolvidos.

CPIs mistas dedicam-se a trabalhos administrativos

As comissões parlamentares mistas de inquérito que investigam denúncias de corrupção envolvendo empresários, funcionários públicos, políticos e o governo federal vão se dedicar, hoje e amanhã, a trabalhos administrativos.

Os depoimentos de Carlos Eduardo Fioravanti da Costa (ex-diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), Marcos Vinícius di Flora (ex-assessor da Secretaria de Comunicação da Presidência da República) e Paulo Roberto Kress Moreira (sócio da agên-

cia paulista Anchieta, franqueada dos Correios) estavam previstos para hoje, na CPI dos Correios, mas foram transferidos para outras datas.

O Senado Federal poderá anunciar, ainda nesta semana, os nomes das empresas de auditoria que vão assessorar as CPIs dos Correios e do Mensalão nas investigações sobre transações financeiras internas e no exterior. As empresas a serem contratadas estão fazendo uma checagem de seus clientes para evitar problemas contratuais que possam vir a ocorrer.



Roosevelt Pinheiro

Ana Júlia Carepa (PT-PA) ressaltou a necessidade de o Estado estimular cada vez mais a educação.

– Investir em educação é investir nas crianças e na juventude – enfatizou, ressaltando a importância dos avanços conquistados no Brasil em relação aos direitos da criança e "o desafio de fazer valer esses direitos". Para Ana Júlia, o futuro é investir em educação "e na valorização de todos os educadores".



Moreira Mariz

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), a escola onde cada professor pensa que sua obrigação maior é apenas "dar o programa" precisa reestudar sua função.

– Não basta a escola ser um simples difusor de conhecimentos: tem de levar o aluno a pensar, contextualizar, analisar comparativamente, quebrar preconceitos, buscar soluções gradativas para problemas que afetam a sua comunidade.



Roosevelt Pinheiro

Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) comprometeu-se a lutar por um Brasil mais justo, que possa assegurar aos brasileiros "o conforto de uma vida melhor", afirmando que o professor coloca "alma e competência" no trabalho.

– Mesmo nos lugares mais longínquos, o professor está disposto a dar sua contribuição ao desenvolvimento das crianças e dos jovens. Mas nem sempre recebe remuneração compatível com suas funções.



Roosevelt Pinheiro

O 12 de outubro também marca o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que completa 15 anos em 2005 e representa um avanço na defesa dos direitos da criança, assinalou Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Com o estatuto, o senador acredita que o país passou a tratar das demandas de crianças e adolescentes como um todo. Lembrou ainda que não se conseguiu determinar salários dignos para os professores.



Relator da CPI do Mensalão, Ibrahim Abi-Ackel pode concluir seu parecer até o fim de outubro

Abi-Ackel quer agilizar entrega de relatório

O relator da CPI do Mensalão, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), anunciou que deverá concluir seu relatório antes do final de outubro, tendo tempo para trabalhar o texto e impedir que a comissão extrapole seu prazo final, previsto para 16 de novembro.

Abi-Ackel acredita que isso será possível porque a CPI conseguiu limitar o foco das investigações às denúncias do ex-deputado Roberto Jefferson, de que deputados do PP e do PL estariam recebendo mesadas do PT para votarem de acordo com o governo.

Documentos

O relator e os sub-relatores, deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) e senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), estão analisando as provas que a CPI já recebeu, em especial as relativas à quebra de sigilo requeridas por Tourinho e aprovadas na semana passada. Entre os documentos está a relação da movimentação de contas CC-5 em nome de Marcos Valério, de suas empresas DNA, SMP&B e Multi-Action, dos bancos Rural, Trade Link Bank e Rural Europa, além da Guaranhuns e Export Trading.

Tourinho também apresentou requerimentos solicitando informações sobre a carteira de aplicações dos fundos de pensão Petros, Previ, Funcef, Centros, Eletros, Serpros, Portus e Real Grandeza.

O sub-relator também requisitou do presidente do Senado, Renan Calheiros, autorização de acesso para pesquisa a todos os documentos da extinta Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado.

Acordo entre Procuradoria Distrital de Nova York e governo, depois de vazamento de informações pela antiga CPI do Banestado, limita extensão do sigilo ao Ministério da Justiça e STF, excluindo comissões parlamentares

CPI deve recorrer ao Supremo para ter acesso às contas de Duda no exterior

A CPI dos Correios deverá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ter acesso às informações sobre as contas do publicitário Duda Mendonça no exterior. Em razão de um vazamento de informações que deveriam ter sido mantidas sob sigilo na CPI do Banestado, em 2004, acordo assinado entre a Promotoria Distrital de Nova York e o Ministério da Justiça limitou a esta pasta e ao STF o acesso aos dados, excluindo assim as comissões parlamentares de inquérito. Para reverter a situação e poder compartilhar as informações, a comissão pretende recorrer ao Supremo, assinando até um termo de compromisso.

A decisão nesse sentido foi tomada

na manhã de terça-feira, após reunião entre o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e o delegado da Polícia Federal Luiz Flávio Zamprona, que esteve nos Estados Unidos na semana passada.

O senador explicou que, após o vazamento de informações sob sigilo da CPI do Banestado, as autoridades americanas ficaram "reticentes" e com "um pouco de apreensão" em repassarem os dados às comissões e, para se resguardarem, assinaram acordo com o Departamento de Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça limitando o acesso aos dados. Por isso, a

necessidade de ir ao STF. Ele pensa também em procurar a Embaixada americana, mandar parlamentares a Nova York ou até mesmo colher assinaturas para elaboração de uma carta-compromisso, que garantiria o sigilo das informações por um prazo preestabelecido.

—É absolutamente fundamental que tenhamos esses dados para continuar investigando, até porque os primeiros indícios surgiram em função de um depoimento ocorrido na CPI. Não podemos deixar de ter essas informações para prosseguimento naquilo que é fundamental para nós, as origens dos recursos que abasteceram o "valerio-duto", disse o senador.

Doleiro uruguaio nega ter negócios com Marcos Valério

O doleiro uruguaio Najun Azario Flato Turner, preso desde março último, afirmou na terça-feira, em depoimento à Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da CPI dos Correios, que nunca teve relações com o publicitário Marcos Valério. Turner, que depôs durante quatro horas vestindo uniforme amarelo de presidiário e sob escolta policial, aproveitou para rechaçar as acusações do também doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, de que estaria envolvido no suposto pagamento, pelo PT, de quantia de R\$ 8 milhões ao PP.

Ele confirmou que foi consultor, em 1995, da Natimar, empresa de Carlos Alberto Quaglia. Sobre o empréstimo de R\$ 14 milhões da Natimar junto à empresa Discovery, disse que poderia tratar-se de uma opção que os exportadores têm para regularizar a entrada de capital. Nesse caso, os contratos de câmbio de exportação se transformam em contratos de empréstimo. Turner admitiu que pode ter orientado Qua-



Vestindo uniforme de presidiário, Najun Turner depõe perante sub-relatoria da comissão

glia sobre a transformação do contrato com a Discovery.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio, afirmou que o depoimento de Najun Turner pode permitir um exame mais detalhado sobre como essas operações de exportação seriam usadas como guarda-chuva para

ingresso de dinheiro no país sob a aparência de licitude, quando, na verdade, são operações fictícias. Turner ficou conhecido em 1992 por participar da famosa Operação Uruguai, que justificaria supostos empréstimos realizados pelo então presidente Fernando Collor.

Quaglia presta depoimento "evasivo e confuso"

Durante duas horas e meia, o suposto doleiro Carlos Alberto Quaglia prestou depoimento "evasivo e confuso", segundo avaliação de parlamentares, à Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da CPI dos Correios. Quaglia é dono da Natimar, empresa catarinense acusada de fazer operações no mercado de ouro e dólares para o publicitário Marcos Valério. O depoente afirmou ser empresário da área de importação e exportação e negou diversas vezes conhecer ou ter realizado qualquer tipo de negócio com Valério.

O argentino Quaglia disse que a cor-

retora Bônus-Banval teria depositado equivocadamente R\$ 6,5 milhões na conta da Natimar. A Bônus-Banval também é suspeita de envolvimento no esquema de distribuição de dinheiro operado por Valério. O depoente alegou ainda que a Natimar operava na Bolsa de Valores de São Paulo por intermédio da Bônus-Banval. Além de devolver 80% da comissão de corretagem, Quaglia informou que a empresa oferecia vantagens que outras corretoras não ofereciam.

Ainda de acordo com o argentino, a Bônus-Banval alegou que o depósito

de R\$ 6,5 milhões teria sido uma transferência equivocada. Para corrigir o erro, Quaglia disse ter assinado várias transferências para a corretora, mas frisou desconhecer os destinatários das cartas de transferência. O depoente admitiu ainda conhecer o doleiro Toninho da Barcelona, mas não Dario Messer, outro doleiro. Quaglia confirmou também ser amigo do doleiro Najun Turner.

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ter ficado convencida de que a Natimar era uma "empresa laranja" utilizada pela Bônus-Banval.



Ideli pede às CPIs rapidez na justificativa ao STF para quebra de sigilo de computador do banco

Ideli defende investigação no Opportunity

Ideli Salvatti (PT-SC) destacou a importância da decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie, publicada na última sexta-feira, de solicitar com urgência às CPIs dos Correios e do Mensalão informações para embasar pedido de quebra do sigilo do disco rígido de computador do Banco Opportunity.

A senadora ressaltou a determinação da ministra para que o disco rígido permaneça acautelado em poder de autoridade policial. Ideli informou já ter conversado com os presidentes das CPIs, senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Amir Lando (PMDB-RO), para que a solicitação de Ellen Gracie seja atendida imediatamente.

Controvérsia

O assunto é polêmico nas CPIs, informou a senadora, que disse não entender por que existe luta para que o segredo do disco rígido do banco não seja aberto. Ideli informou ter sugerido a Delcídio a contratação de um escritório de advocacia para cuidar do caso, já que o Senado deverá usar os serviços de uma empresa externa para rastrear recursos no exterior.

Para a parlamentar, não faltam motivos para a investigação de Daniel Dantas, dono do Opportunity, que tinha relações comerciais com Marcos Valério por meio de contratos de publicidade da Telemig Celular e Amazônia Celular, controladas pelo banco. A senadora lembrou também que o Opportunity era gestor de cerca de R\$ 1 bilhão de fundos de pensão de empresas estatais, que também vêm sendo citados nas denúncias.



José Agripino acredita que providências serão tomadas rapidamente pelos promotores

PFL pede que MPF investigue irmão de Lula

José Agripino (PFL-RN) anunciou na terça-feira passada que o Partido da Frente Liberal (PFL) entrou com representação no Ministério Público Federal pedindo que o órgão investigue se houve crime de tráfico de influência junto ao Executivo praticado pelo irmão do presidente Lula, Genival Inácio da Silva.

O senador informou que o PFL optou por pedir que a investigação seja feita pelo Ministério Público por acreditar que assim as providências serão tomadas rapidamente.



Demostenes faz analogia entre música de Paulinho da Viola e Genival Lula da Silva, o Vavá

Demostenes diz que presidente deve explicações

Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou na terça-feira que o presidente Lula deve explicações sobre os negócios da família dele. O senador referiu-se ao escritório montado pelo irmão do presidente, Genival Lula da Silva, conhecido como Vavá, para, supostamente, intermediar influências em Brasília, segundo a *Veja* desta semana.

De forma irônica, Demostenes citou trecho de música de Paulinho da Viola: *Tinha gente de todo lugar, no pagode do Vavá.*

"Sucessão no estado, que é um problema local, fica condicionada a uma questão nacional", afirma Marco Maciel. Iris de Araújo defende a inclusão da fidelidade partidária na reforma política

Coligações verticalizadas afrontam princípio federativo, alerta Maciel

Na avaliação do senador Marco Maciel (PFL-PE), a verticalização das coligações eleitorais trouxe vários inconvenientes para os partidos brasileiros e desrespeitou o princípio federativo da organização do Estado. Ele fez apelo, na terça-feira, para que a Câmara aprove a proposta de emenda constitucional (PEC 548/02) que põe fim a essa imposição nas coligações partidárias.

A chamada verticalização foi estabelecida em fevereiro de 2002 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A regra obriga os partidos políticos a seguirem, nas eleições estaduais, as mesmas coligações organizadas para a disputa nacional.

– A sucessão no estado, que é um problema local, fica condicionada a uma questão nacional. Isso é incompatível com a organização partidária



Maciel destaca que problemas locais acabam condicionados a questões nacionais

brasileira – sustentou.

Maciel argumentou que, embora se espere que os partidos tenham caráter nacional, a exigência de submissão dos estados às alianças nacionais desrespeita as realidades locais. Também disse acreditar que

a verticalização fere o princípio federativo da União, uma cláusula pétrea da Constituição (que não pode ser suprimida ou modificada).

O pefelista observou ainda que com a aprovação da PEC 548/02, de autoria do então senador Bernardo Cabral, as regras passam a valer já nas próximas eleições. Sua vigência seria imediata, explicou, pelo fato de a proposta alterar o texto constitucional, e não a legislação eleitoral. Sobre a reforma política, Maciel acredita ser preferível debater o tema e aprovar mudanças gradativas, para as eleições de 2008 e 2010, a aprovar mudanças às pressas.

No exercício da presidência durante o discurso, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que iria encaminhar as considerações do senador à Presidência da Câmara.

Iris de Araújo quer reforma com fidelidade partidária

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) defendeu a adoção da fidelidade partidária na reforma político-eleitoral que está sendo discutida no Congresso. Em discurso na terça-feira, ela afirmou que a legislação em vigor premia a "individualização" do candidato eleito, em prejuízo dos partidos, uma vez que facilita a troca de legendas sem critérios éticos.

Tal prática, disse, possibilita negociações ilícitas e corrupção entre Executivo e Legislativo, o que supostamente ocorre quando o governo precisa de uma base de sustentação no Parlamento para aprovar seus projetos.



Iris de Araújo também defende o financiamento público de campanhas

– A lei deixa espaço para o favorecimento de políticos que trocam de partido por conveniência e isso enfraquece a instituição e compromete a

democracia – enfatizou, acentuando que está há 41 anos filiada ao PMDB, legenda por cujo fortalecimento disse ter sempre lutado.

Iris de Araújo rememorou que, há mais de dez anos, foi instalada no Senado comissão temporária interna para fazer a reforma política, mas, acrescentou, "até hoje nada de importante foi votado".

Ela também defendeu o financiamento público para baratear as campanhas, condicionando essa alteração a discussão mais aprofundada, principalmente em relação a uma fiscalização rígida sobre o controle de gastos.

Alvaro divulga manifesto de maçons de Minas Gerais "indignados" com a crise

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) divulgou em Plenário, na terça-feira, manifesto enviado pela Maçonaria Grande Oriente de Minas Gerais.

– Esse manifesto é um grito que ecoa pela moralidade pública, para que se investigue com eficiência e se punam exemplarmente os responsáveis pela corrupção – resumiu.

No documento, o grão-mestre Milton Ferreira Lopes salienta que as lojas maçônicas de todo o país estão indignadas e não poderiam deixar de se manifestar diante da "ineficiência da gestão administrativa do país nos

três Poderes e nas três esferas. Todas as pessoas de bons costumes, maçons ou não, estão estarecidas e perplexas. Quanto mais se mexe e remexe no lamaçal dos escândalos públicos e políticos, mais emergem os detritos da corrupção, imoralidade de congressistas, lobistas, administradores de empresas, intermediários de negócios escusos", diz o documento.

Segundo Milton Lopes, a reforma "deverá ter um sólido embasamento moral, doutrinário, idealístico, como formação de caráter, patriotismo, sentimento de dever e humanidade".



Alvaro lê manifesto que pede reforma política com "sólido embasamento moral"

– Constituída por homens livres, a Maçonaria tem uma história de lutas e glórias em todos os países em que se acha instalada. No Brasil, está plenamente reconhecida sua participação nos grandes acontecimentos da história – destacou Alvaro Dias.

Orçamento tem relatório preliminar

O relator do projeto de Orçamento da União para 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), apresentou parecer preliminar, na terça-feira, sem nenhuma alteração nas previsões de receitas e despesas traçadas pelo governo. Ele espera que o Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento (CMO) faça proposta de reestimativa da arrecadação. Segundo ele, faltam R\$ 11 bilhões para fechar a conta.

Ele afirma que há espaço para aumento da arrecadação, pois os números do Ministério do Planejamento são anteriores ao crescimento da economia no segundo trimestre deste ano. Por ora, não se prevê no Orçamento nenhum centavo para compensar os estados por perdas nas isenções de exportação (Lei Kandir), item que está exigindo da União neste ano R\$ 5,2 bilhões – dos quais só foram repassados até agora R\$ 2,8 bilhões.

CAE adia decisão sobre empréstimos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar na próxima terça-feira pedido de autorização para empréstimo junto ao Banco Mundial (Bird), em favor da União, no valor de US\$ 502,52 milhões. Os recursos vão compor as reservas internacionais do país e poderão ser utilizados para o pagamento de compromissos externos. O crédito foi aberto em reconhecimento às reformas implementadas no setor habitacional, conforme exposição de motivos assinada pelo Ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

O colegiado vai apreciar uma segunda operação externa, de US\$ 10,8 milhões, pela qual o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) abre crédito para que a União possa apoiar os estados com um programa de regularização e gerenciamento da estrutura fundiária.



Malta aponta possibilidade de redução da ocorrência de crimes por desavenças pessoais

Malta defende a proibição da venda de armas

Magno Malta (PL-ES) manifestou-se favorável à proibição do comércio de armas e munições no país. Ele acredita que a medida visa reduzir a ocorrência de crimes resultantes de desavenças pessoais, e não os cometidos pelos bandidos.

Para Malta, é obrigação do Estado combater a criminalidade disseminada pelos marginais, devendo a sociedade se mobilizar e cobrar providências.

O senador ainda comentou o filme *Dois filhos de Francisco* e considerou que a atuação do personagem do pai da dupla Zezé di Camargo e Luciano é a melhor homenagem ao professor. Pediu, em seguida, atenção do governo para o problema das drogas.

Pauta do Plenário trancada

Por falta de quórum, o Senado não votou matérias na sessão deliberativa de terça-feira. A pauta continua trancada por força de dois projetos de conversão e de três medidas provisórias que têm prioridade nas votações e só voltará a ser apreciada na próxima terça-feira, uma vez que as sessões a serem realizadas hoje e amanhã não terão caráter deliberativo.

Entre as medidas provisórias na fila de votação estão as que abrem créditos extraordinários de quase R\$ 1,7 bilhão em benefício dos ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional.

Pressão dos laboratórios atrasa projeto que autoriza a produção de medicamentos genéricos para animais, segundo Osmar Dias. Surto de aftosa também preocupa Aloizio Mercadante

Mercadante sugere punição para produtores que não vacinarem gado

Ao comentar o surto de febre aftosa que atinge o estado de Mato Grosso do Sul, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse na terça-feira que é preciso estabelecer punições para os criadores de gado que não vacinarem os seus rebanhos. Em decorrência do surto, diversos países suspenderam as importações da carne brasileira, incluindo a Rússia, principal comprador do produto.

Mercadante também defendeu o rastreamento de todo o rebanho bovino brasileiro, medida que poderia facilitar as negociações com a União Européia. O rastreamento de animais é feito por meio de um *chip* colocado dentro dos brincos normalmente afixados na orelha de cada boi. Além de identificar, o *chip* guarda diversas informações sobre o animal.



Mercadante: rastreamento do rebanho bovino poderia facilitar negociações com europeus

O líder do governo adiantou ainda que deve ser realizada uma negociação de todos os frigoríficos do país com a Receita Federal, relativa à cobrança do PIS e da Cofins.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) recordou que o Pará passou por

problema semelhante ao de Mato Grosso do Sul e que o surto de febre aftosa em seu estado se deveu à não-liberação de recursos para o setor pecuarista. Leomar Quintanilha (PC doB-TO) lamentou que os importadores de carne considerem que o problema ocorra em todo país.

Mercadante falou também sobre a MP do Bem (MP 252/05), frisando que ela reduz impostos de produtos da cesta básica, dos investimentos, da construção civil e incentiva o comércio de imóveis. Explicou que a Emenda 27, incluída na MP, determina a criação de dotação orçamentária específica para o pagamento de indenizações compulsórias (precatórios) decididas pelos Juizados Especiais Cíveis e Criminais contra o governo.

Osmar Dias isenta governo de responsabilidade por foco

O senador Osmar Dias (PDT-PR), engenheiro agrônomo e ex-secretário de Agricultura do Paraná, apontou erro do governo federal em não liberar verbas para os programas de sanidade animal, mas disse que ele não pode ser responsabilizado pelo foco de febre aftosa detectado no município de Dourados (MS).

– Mesmo com o dinheiro liberado, dificilmente o foco teria sido evitado. O problema é que Mato Grosso do Sul faz divisa com o Paraguai, onde não há controle das doenças animais. A aftosa se espalha até pelos pneus de caminhões. O produtor de Dourados vacinou seu rebanho, mas a doença apareceu. Vão punir o laboratório da vacina? Há que se fazer um programa



Osmar: Mato Grosso do Sul faz divisa com o Paraguai, onde não há controle de doença

integrado de controle da doença com os países do Mercosul – sustentou.

Osmar Dias lembrou que o Senado aprovou a doação de vacinas contra aftosa ao governo da Bolívia, numa

tentativa de evitar que o rebanho vizinho repassasse a doença ao gado brasileiro da fronteira.

– Mas lá a vacinação não é obrigatória e eles não vacinaram nada.

Relator de projeto que autoriza a produção e venda de medicamentos genéricos para animais, o senador pelo Paraná ponderou que a pressão dos laboratórios sobre o governo é pesada e isso tem atrasado a votação da proposta. Recordou que os insumos da área rural, especialmente remédios e vacinas, têm sofrido aumento de preços muito acima da inflação. “A introdução dos genéricos no mercado poderia conter essa onda, por estimular a concorrência entre laboratórios”, disse.

Tião Viana alerta para risco de pandemia da gripe do frango

Tião Viana (PT-AC) pediu na terça-feira que o Ministério da Saúde e os órgãos de vigilância sanitária do governo formem um comitê de especialistas para tomar as medidas necessárias de prevenção e controle da gripe asiática, a chamada gripe do frango.

Na análise de especialistas internacionais, segundo o senador, há risco de a epidemia se transformar em pandemia (a doença pode se tornar epidêmica e amplamente difundida). Viana sugeriu que a Secretaria de Vigilância Sanitária fique de “prontidão”.

– A expectativa da comunidade científica é estarmos a um passo de uma pandemia do vírus, que hoje vai diretamente das aves para humanos e



Tião Viana propõe a formação de um comitê de especialistas pela área de saúde do governo

pode passar a se transmitir de humano para humano. Não há medicamento definido.

O senador informou que a preocupação com a doença é grande porque o

perfil morfológico do vírus é idêntico ao da Gripe Espanhola, que matou 60 milhões de pessoas em 1918. O senador afirmou que desde então, a cada 40 anos, em média, o mundo vê o surgimento de pandemias como a da Gripe Espanhola.

Viana sugeriu que o governo brasileiro envie representantes à Austrália, onde acontecerá, entre 29 de outubro e 1º de novembro, encontro de especialistas do mundo inteiro para discutir a doença. Na ocasião, deverá ser proposta uma ação global para controle da gripe do frango. Entre os países que já tiveram casos humanos da gripe do frango, disse, estão Tailândia, Vietnã, Hong Kong, China e Indonésia.



Para José Jorge, governo empaca na execução de projetos que foram autorizados pelo FMI

José Jorge vê incompetência do governo

José Jorge (PFL-PE) comentou editorial (“Governo emperrado”) do jornal *O Estado de S. Paulo* de terça-feira, que demonstraria a falta de competência do Poder Executivo para executar programa do Fundo Monetário Nacional (FMI) sobre investimentos governamentais em 2005. Denominada Projeto Piloto de Investimentos (PPI), a iniciativa dispõe de R\$ 2,95 bilhões para serem investidos até o final do ano. Entretanto, somente 10,7% das verbas orçadas foram pagas até setembro.

Diante desse fato, José Jorge avalia que o governo empaca até na execução de projetos cujas despesas já foram liberadas pelo FMI e que remontam ao ajuste fiscal anterior à negociação do PPI.

Câmara não consegue votar a MP do Bem

Por falta de quórum qualificado (257 parlamentares), a Câmara dos Deputados não conseguiu votar a chamada MP do Bem (MP 252/05), que concede isenções fiscais a empresas e a vários segmentos da economia. A matéria foi aprovada pelo Senado, com emendas, no dia 5. De acordo com os prazos previstos na Constituição, essa MP perderá hoje sua validade.

O líder do PT na Câmara, Henrique Fontana (RS), sugeriu ao governo que, para manter os benefícios à economia, apresente um projeto de lei com o mesmo conteúdo original da MP. (Com informações da Agência Câmara)



João Batista Motta diz que município capixaba tem grande potencial turístico

Tributo à cidade de Marechal Floriano

João Batista Motta (PSDB-ES) homenageou o município capixaba de Marechal Floriano, pelos 14 anos de emancipação. Chamada de “Cidade das Orquídeas”, a localidade tem forte potencial turístico, em função de sua beleza natural e de suas raízes culturais, disse ele.

Segundo Motta, o município foi colonizado por imigrantes europeus, especialmente italianos, prussianos e alemães, e vive da atividade agrícola.

– Quero cumprimentar todo o seu povo hospitaleiro e trabalhador e colocar-me à disposição para que, juntos, possamos transformar esse município num lugar cada vez melhor para se viver.

Senado doa publicações em braile

Em nome do Senado, o diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Júlio Werner Pedrosa, fez entrega, no Recife, de exemplares da Constituição de Pernambuco, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Defesa do Consumidor a entidades que atendem a portadores de deficiência visual.

Foram contemplados, em solenidade na 5ª Bienal Internacional do Livro de Pernambuco, o Instituto dos Cegos, a Associação Pernambucana de Cegos e o setor de braile da Biblioteca Pública do estado. Pedrosa informou que o Senado realizará, de 17 a 23 de outubro, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Produtores temem queda de emprego e renda com ratificação de acordo. Analista do Inca sustenta que a indústria do fumo manipula agricultores para contestar ato internacional

Senado debate no interior da Bahia tratado que combate o tabagismo

O Senado promoveu terça-feira, no município baiano de Cruz das Almas, audiência pública para discutir a Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, com a participação dos senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do projeto que ratifica esse acordo internacional, e César Borges (PFL-BA). A cidade foi escolhida por concentrar a produção de fumo no estado.

– Nós abandonamos a frieza dos escritórios de Brasília para debater a questão onde ela ocorre – declarou Heráclito Fortes.

Assim como nas outras três cidades ligadas à produção de fumo em que o Senado promoveu audiências sobre o assunto – Irati (PR), Florianópolis e Camaquã (RS) –, houve ampla mobilização entre agricultores contrários à adesão do Brasil ao tratado. Na Universidade Federal do Recôncavo Baiano, onde se realizou o debate, havia faixas com expressões como: “Não à ratificação da convenção-quadro”, “O fumo é o sustento de nossas famílias” e “Confiamos em você para continuarmos a trabalhar”.

O diretor de Política Econômica e Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do estado, José Mário Carvalhal de Oliveira, afirmou

que 15 mil famílias trabalham nas atividades primárias relacionadas ao cultivo de tabaco. Já as indústrias do setor empregam 4.739 pessoas.

– Existem na região de Cruz das Almas duas instituições de peso, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Faculdade de Agronomia do Recôncavo, e nenhuma delas apresentou alternativa viável à produção de tabaco que não resulte em uma grande redução na renda dos lavradores ou no número de emprego – disse Oliveira, ao acrescentar que a convenção levaria a uma redução de 10% nos postos de

trabalho na região.

Mas a analista do Instituto Nacional do Câncer (Inca) Érica Cavalcanti sustenta que a indústria do tabaco manipula os agricultores para contestar o tratado. Érica destacou que, no Brasil, a mão-de-obra da fumicultura é familiar e muito barata.

– Esses dados sobre redução de emprego e renda são fruto de manipulação. A redução no consumo de tabaco só deve ocorrer a longo prazo, no mínimo dez anos, quando as medidas da convenção estiverem em vigor no mundo todo. Ou seja, há um período de transição.



Audiência em Cruz das Almas (BA) contou com participação de Heráclito Fortes, relator da matéria

Heráclito apressa elaboração do parecer sobre acordo

Heráclito Fortes anunciou, durante a audiência pública em Cruz das Almas, que poderá entregar seu parecer sobre a Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco nos próximos dias. O senador é o relator do projeto de decreto legislativo sobre a matéria na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O projeto também será examinado pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a convenção-quadro é um tratado internacional de controle do tabagismo que está em vigor desde fevereiro deste ano. O Brasil foi um dos primeiros países a assinar o acordo, em junho de 2003, mas ainda falta a ratificação pelo Congresso. O prazo para que isso seja feito se encerra no dia 7 de novembro. Até agora, já ratificaram o ato mais

de 80 países.

A adesão do Brasil ao tratado envolve uma grande polêmica, que contrapõe a defesa da saúde pública, de um lado, e interesses econômicos, de outro. Ambas as partes destacam, em seu discurso, um viés social. Exemplo: em carta enviada ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o coordenador residente das Nações Unidas no Brasil, Carlos Lopes, assinalou que cerca de 5 milhões de pessoas morrem todo ano, no mundo, em decorrência do tabagismo. No Brasil, o número de vítimas chegaria a 200 mil.

Já a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), contrária à ratificação, alega que a indústria do tabaco gera no país cerca de 2,4 milhões de empregos diretos e indiretos, além de ser fonte de sustento para 236 mil famílias de pequenos agricultores. Ainda de acordo com a entidade,

a região Sul responde por 96% da produção brasileira de tabaco, que rendeu aos produtores, em 2004, mais de R\$ 3,6 bilhões.

Enquanto a Afubra associa a ratificação do tratado à perda de renda e emprego no setor, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Banco Mundial, mencionados pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), contestam a possibilidade de os níveis de emprego na produção de tabaco serem afetados a curto ou a médio prazos por programas de controle.

Heráclito Fortes informou que, antes de emitir seu parecer, fará consultas ao governo federal sobre a repercussão financeira do tratado – a indústria do cigarro é uma importante fonte de arrecadação. O parlamentar negou ter sofrido qualquer tipo de pressão para elaborar o documento.



Mozarildo Cavalcanti anuncia que vai entrar com representação contra o presidente da CNBB

Mozarildo rebate artigo de dom Majella

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou na terça-feira contra artigo do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Majella Agnelo, publicado na *Folha de S. Paulo* do último domingo, sobre os conflitos na reserva Raposa Serra do Sol.

No texto, o religioso acusaria a elite econômica e a classe política de Roraima de não reconhecerem os direitos dos índios. Mozarildo afirmou que o artigo é mentiroso e disse ter-se sentido atingido, já que presidiu a comissão do Senado que acompanhou os conflitos na área Raposa Serra do Sol. Ele anunciou que vai entrar com representação na Justiça.

Alvaro cobra informações de ministérios

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou providências da Mesa do Senado em relação à falta de resposta dos ministérios da Fazenda e da Educação a requerimentos de informação encaminhados por senadores.

– Há, por exemplo, uma solicitação do dia 6 de maio de 2004 ao ministro da Educação e ainda estamos aguardando as informações. O pedido foi reiterado pela Mesa no dia 8 agosto de 2005. Portanto, já se esgotou o prazo e o MEC não respondeu a esta Casa as indagações sobre a existência no país de 900 cursos superiores sem reconhecimento pelo ministério – comentou.

Alvaro cobrou ainda a votação de requerimentos que esperam deliberação.